

# ORIENTAÇÃO PARA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS

## Apresentação

Este documento apresenta um modelo conceitual para levar Educação Financeira às escolas, tendo sido elaborado a partir de contribuições de especialistas de diversas áreas, apostando numa postura participativa e cooperativa. Ele parte de uma problemática atual e apresenta um conjunto de princípios que devem nortear as ações necessárias para se atingir uma situação futura desejada. Essa proposta tem como característica a flexibilidade, para permitir sua adaptação aos diferentes contextos escolares.

Pesquisas realizadas pela Data Popular (2008) trazem números preocupantes em relação à organização financeira doméstica das famílias brasileiras: 36% dos pesquisados declaram ter um perfil gastador, 54% não conseguiram honrar suas dívidas pelo menos uma vez na vida e apenas 31% poupam regularmente para a aposentadoria. Observa-se também que uma parte crescente da renda familiar tem sido destinada ao consumo, o que torna as atuais taxas de poupança demasiadamente baixas<sup>1</sup>. Esta situação, que aflige milhões de brasileiros, diminui a capacidade de investimento do país, afetando negativamente seu desenvolvimento.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005) constatou que muitas pessoas em diferentes países não só carecem dos conhecimentos e competências necessários para lidar de modo adequado com suas finanças pessoais como também desconhecem a própria necessidade de tais conhecimentos, assinalando uma provável origem para o problema.

---

<sup>1</sup> No presente documento, a menção à poupança refere-se à parcela da renda familiar que não é direcionada ao consumo imediato e se reserva para o futuro, não se confundindo com o produto financeiro "caderneta de poupança". A poupança de uma pessoa pode ser aplicada em caderneta de poupança ou direcionada a outras opções de investimento. Nesse contexto, ao se falar em taxa de poupança, no presente documento, não há referência à rentabilidade da caderneta de poupança, mas sim ao montante da renda, em termos percentuais (em relação ao PIB, por exemplo), que é poupado pelas famílias, empresas e governo. A taxa de poupança de um país resulta ser um indicador importante do quanto a sociedade separa, de sua renda, para consumir no futuro, permitindo inclusive a comparação com outros países. No presente documento a expressão taxa de poupança será usada em um sentido genérico, se aplicando tanto ao percentual da renda poupado por uma família quanto pelo conjunto da sociedade.

Portanto, levar um conjunto amplo de orientações sobre atitudes adequadas no planejamento e uso dos recursos financeiros, ou seja, Educação Financeira para o maior número possível de pessoas pode ajudá-las a resolver suas dificuldades, bem como permitir que planejem melhor suas vidas para que consigam ter mais condições de alcançarem suas metas e sonhos. Nesse sentido as escolas têm como contribuir de forma significativa ao educar os alunos financeiramente, pois eles, por sua vez, levariam esse conhecimento para suas famílias em um efeito multiplicador.

O documento foi estruturado da seguinte forma. Na seção 2, apresenta-se uma definição de Educação Financeira e o modelo conceitual. A seção 3 descreve os objetivos de tal iniciativa. Os conteúdos são apresentados na seção 4. Prossegue-se com as orientações pedagógicas para a introdução da Educação Financeira nas escolas na seção 5. Finaliza-se com algumas considerações, na seção 6, que apontam para certos cuidados a serem tomados ao se transportar as ideias aqui tratadas para o contexto dinâmico da vida escolar.

## **Introdução**

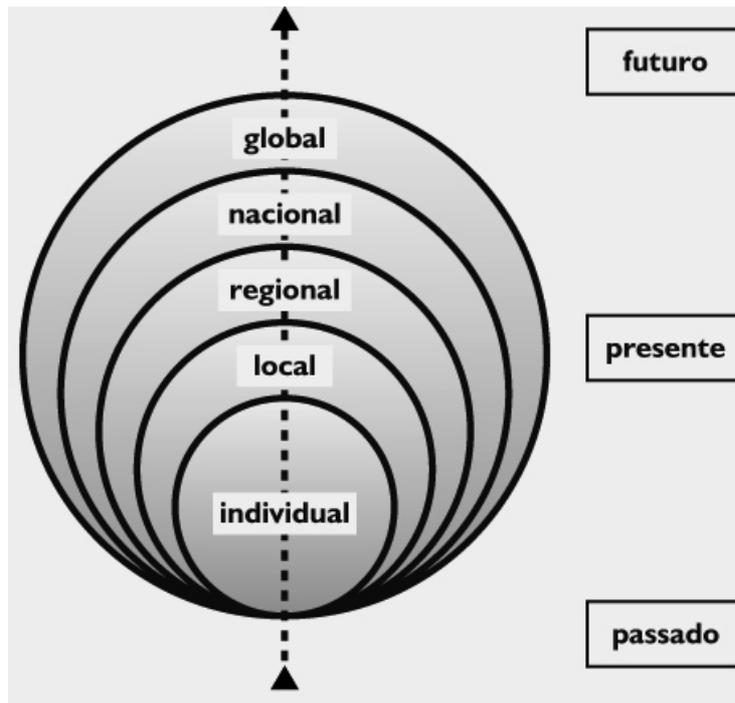
Segundo a OCDE (2005), Educação Financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que com informação, formação e orientação possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas<sup>2</sup>, saber onde procurar ajuda, adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar e, assim, tenham a possibilidade de

---

<sup>2</sup> Decisão individual que mediante um processo racional de análise e deliberação considera todas as informações e alternativas relevantes para o caso concreto, de modo que a opção escolhida seja o resultado de uma refletida ponderação quanto às oportunidades disponíveis e aos riscos envolvidos. Mesmo uma pessoa que se considere bem informada, em geral, pode decidir mal quanto a um investimento específico, por insuficiência de informações adequadas ou pela falta de habilidades ou de conhecimentos para lidar com elas. Uma escolha de consumo ou de poupança e investimento mal informada pode afetar seriamente a vida de uma pessoa e de sua família.

contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro.

Espera-se que a mudança de postura alcançada a partir de competências desenvolvidas pela Educação Financeira possa ajudar as pessoas a resolver seus desafios cotidianos. O cotidiano acontece sempre em um espaço e um tempo determinados. Estando a Educação Financeira comprometida com esse cotidiano, sugere-se que seja estudada segundo as dimensões espacial e temporal. Na dimensão espacial, os conceitos da Educação Financeira são tratados tomando como ponto de partida o impacto das ações individuais sobre o contexto social, ou seja, das partes com o todo e vice-versa. Esta dimensão compreende ainda os níveis individual, local, regional, nacional e global, que se encontram organizados de modo inclusivo. Na dimensão temporal, os conceitos são abordados a partir da noção de que as decisões tomadas no presente podem afetar o futuro. Os espaços são atravessados por essa dimensão que conecta passado, presente e futuro numa cadeia de inter-relacionamentos que permitirá perceber o presente não somente como fruto de decisões tomadas no passado, mas também como o tempo em que se tomam certas iniciativas cujas conseqüências e resultados – positivos e negativos – serão colhidos no futuro. A Figura 1 ilustra como se relacionam os níveis da dimensão espacial entre si e com a dimensão temporal que os atravessa.



**Figura 1.** Dimensões espacial e temporal da Educação Financeira.

A Educação Financeira, além de informar, também forma e orienta indivíduos que consomem, poupam e investem de forma responsável e consciente, propiciando uma base mais segura para o desenvolvimento do país. Tal desenvolvimento retorna para as pessoas sob a forma de serviços mais eficientes e eficazes por parte do Estado, numa relação saudável das partes com o todo. Essa reciprocidade entre o individual e o social está presente no conceito de desenvolvimento apresentado por Amartya Sen (2007), prêmio Nobel em Economia, que consiste em um processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam. Essas liberdades supõem não somente evitar privações das necessidades vitais como incluem, por outro lado, as liberdades associadas a ler, escrever e fazer cálculos, ter participação política e expressar idéias. Nessa perspectiva, a riqueza financeira não é o que mais importa para se considerar que uma sociedade é de fato desenvolvida. Para Sen, o crescimento econômico de uma sociedade pode não só elevar as rendas das pessoas como também possibilitar ao Estado o financiamento da seguridade social e a intervenção governamental ativa para a distribuição da riqueza em prol

da qualidade de vida e da justiça social. Assim, o crescimento econômico deve ser julgado não apenas pelo aumento de rendas individuais, mas também pela expansão dos serviços sociais que poderão ser acessíveis a todos os integrantes de uma nação.

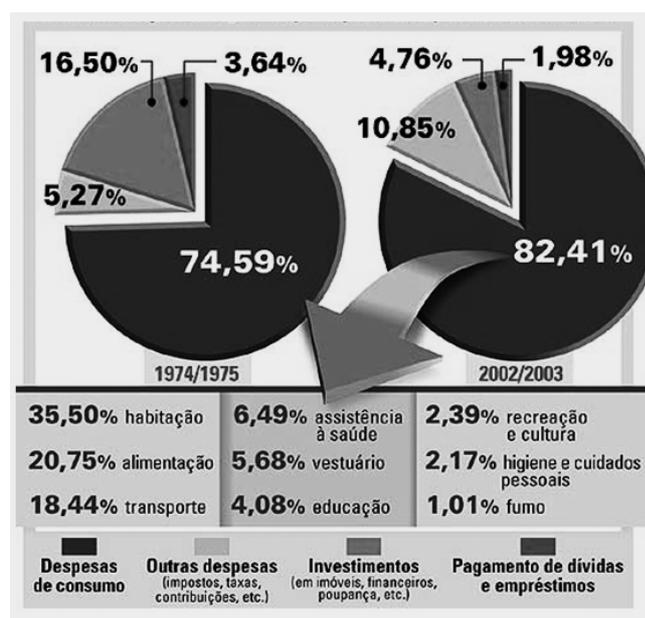
O conceito de desenvolvimento defendido por Amartya Sen trabalha com o mesmo tipo de conexão utilizado por uma outra área de conhecimento, a Ecologia. Desde a década de 90 a preocupação com o meio ambiente cresceu e trouxe uma nova consciência, que permitiu a compreensão de que os fenômenos naturais e sociais se inter-relacionam em níveis jamais imaginados. Atualmente, por exemplo, já se percebem os elos diretos entre ações individuais e mudanças climáticas globais ao longo do tempo. Esse pensamento, de inspiração ecológica, transborda hoje para outras áreas e abre para novas questões, como o impacto de decisões tomadas no presente sobre os sonhos de futuro e os estreitos laços entre o plano individual e o social, a indicar que é preciso agir conjuntamente para ampliar as chances de que todos colham benefícios maiores e melhores no futuro.

A questão é como trabalhar as inter-relações da condição individual com as disposições sociais da Educação Financeira na escola, considerando que a pessoa vivencia essas duas dimensões ao mesmo tempo. Uma possibilidade é trabalhar a partir do “pensamento complexo” postulado pelo filósofo contemporâneo Edgar Morin (1996), que interliga diversos fatores e elementos para explicar fenômenos na sua totalidade e simultaneidade, e que propõe a religação dos saberes para se compreender o mundo de hoje. Tal religação pode conter a chave para a escola responder às futuras demandas da sociedade: em vez de acrescentar novos conteúdos e novas matérias ao seu currículo, a escola poderá congregiar as ciências em ricos diálogos que as libertem do isolamento em que vivem, aproveitando melhor o tempo e os esforços dos professores.

É nessa perspectiva de inter-relações de idéias e fenômenos, inaugurada pela Ecologia, que se propõe a introdução da Educação Financeira nas escolas. Por meio dela, as escolas

poderão desenvolver valores, conhecimentos e competências importantes para a condução autônoma de uma vida financeira, contribuindo para complementar a formação do cidadão.

Para que se possa dar um início sólido e consistente à introdução da Educação Financeira nas escolas, é preciso conhecer como os brasileiros se relacionam com esse universo. Um dado importante é verificar como o dinheiro é alocado entre consumo e poupança no orçamento familiar. O Gráfico 1, a seguir, demonstra que o consumo teve sua participação aumentada de 74,59% para 82,41% no total de gastos dos brasileiros em um curso de 30 anos. Na direção oposta caminharam os investimentos, que caíram de 16,50% para 4,76%. Isso indica que está sendo destinado mais dinheiro para consumo do que para poupança, quando, para se promover o desenvolvimento do país, é preciso buscar reduzir a distância entre os dois.



**Gráfico 1.** Demonstração dos gastos, em média, por tipo de despesa no Brasil, em 1974-1975 e 2002-2003. Fonte: IBGE

O significado do consumo na sociedade brasileira atual encontra-se ligado a fatores subjetivos, tais como auto-estima e *status*, segundo pesquisa da Data Popular (2008). Talvez isso

explique por que, em vez de se basearem em planejamento ou em reflexão objetiva, as pessoas tendem a adquirir bens de consumo no rompante do momento, principalmente quando defrontadas com promoções e facilidades de pagamento (Data Popular, 2008). Em relação a hábitos de consumo, mesmo quando as pessoas demonstram ter informações corretas sobre opções de compra tendem a tomar decisões erradas: declaram preferir pagar em menos parcelas e juros menores, mas os dados detectam que o parcelamento mais longo, com taxas de juros maiores é a opção mais frequente.

A falta de sistemas adequados de disseminação de informações financeiras acarreta a elaboração de conceitos errôneos. Para muitos dos entrevistados na pesquisa da Data Popular (2008) investir é comprar um bem, como roupas, objetos eletrodomésticos e eletroeletrônicos, ou um serviço, quando, na verdade, investir significa aplicar excedentes financeiros em bens e direitos que gerarão renda ou valorização futuras.

Outro dado que diz respeito à relação com o dinheiro chama a atenção: independentemente da idade dos entrevistados na pesquisa da Data Popular (2008), o dinheiro é considerado importante e necessário para a sobrevivência no dia-a-dia e, portanto, não comporta a dimensão de futuro. Além disso, o dinheiro é visto apenas como um meio para adquirir bens, em última análise, para consumir, ou seja, dinheiro não se conecta à poupança.

Esses dados sugerem que o acesso a informações confiáveis é importante para colocar as pessoas no caminho adequado à compreensão do mundo financeiro, habilitando-as, assim, a tomar decisões conscientes e efetivas. Contudo, não basta ter informações; é preciso saber julgá-las e, para julgá-las, é necessário que se passe por um processo educativo que poderá provocar mudanças de postura.

Por sua abrangência e importância, a Educação Financeira na escola deve ser direcionada a todos os perfis de educadores e de educandos, independentemente de sua condição socioeconômica, pelos benefícios que os conhecimentos da área oferecem. Ao se falar em

dinheiro excedente o que se costuma imaginar é que se trata de um assunto exclusivo de algumas classes sociais. Entretanto, a realidade demonstra que mesmo famílias que mantêm constantemente uma renda alta continuam sujeitas a dívidas e à falência, caso não coordenem suas despesas com um orçamento bem planejado. Do mesmo modo, aqueles que recebem legitimamente uma inesperada e substancial quantidade de dinheiro podem vê-la desaparecer com rapidez pelos ralos de decisões impulsivas. Por outro lado, famílias que vivem com recursos escassos conseguem, através de um bom planejamento, atingir objetivos financeiros supostamente irrealistas para seu nível econômico. Em outras palavras, não é necessariamente a quantidade de dinheiro que permite a realização de sonhos e metas; muitas vezes tal realização se torna acessível com o uso de iniciativas que aproveitam os meios de que a sociedade dispõe para obter maiores rendas da aplicação de seu dinheiro. Ao longo do tempo, um bom ou um mau planejamento financeiro pode se constituir em um meio de mobilidade social, seja melhorando as condições de vida, através de boas iniciativas financeiras, como uma previdência complementar, seja, pelo contrário, deslocando-as para patamares inferiores, resultado de decisões financeiras errôneas, como é o caso de repetidos pagamentos do valor mínimo do cartão de crédito que se transformam em crescente endividamento.

Portanto, a Educação Financeira nas escolas se apresenta como uma estratégia fundamental para ajudar as pessoas a realizar seus sonhos individuais e coletivos. Discentes e docentes financeiramente educados podem constituir-se em indivíduos crescentemente autônomos em relação a suas finanças e menos suscetíveis a dívidas descontroladas, fraudes e situações comprometedoras que prejudiquem não só sua própria qualidade de vida como a de outras pessoas.

## **Objetivos**

Os objetivos de inserção da Educação Financeira nas escolas são apresentados em dois grupos: os que se relacionam à dimensão espacial e os que se relacionam à dimensão temporal.

### **1. Dimensão espacial**

A dimensão espacial se encontra organizada em distintos níveis de abrangência social, do mais restrito – individual – ao mais amplo – global – como mostrado na Figura 1. Os objetivos que se voltam para a dimensão espacial procuram apontar para dois movimentos distintos, a saber, circunscrição e mobilidade.

De um lado, há o fato de que em certas circunstâncias é preciso ater-se a um determinado espaço. É desejável que cada indivíduo cuide de sua vida financeira de modo adequado para que suas obrigações não atinjam outras pessoas, ou seja, é necessário ficar circunscrito ao espaço individual. Da mesma forma, um país não deveria causar danos ambientais e apresentar a conta ao resto do planeta, isto é, um problema nacional desse tipo deveria ser solucionado no próprio nível nacional, e não no global.

Contudo, se, por outro lado, as pessoas transitarem exclusivamente em seus restritos espaços individuais não conseguirão sentir-se parte dos espaços sociais mais abrangentes. Isso significa que é preciso compreender as diversas inter-relações dos níveis de organização social, por exemplo, a reunião de esforços individuais em torno de projetos que beneficiem a comunidade ou a cooperação entre estados e municípios para se atingir alguma meta nacional. A compreensão dessas interrelações é ingrediente essencial para o exercício da cidadania e da responsabilidade social, que, por sua vez, oferecem sustento seguro para a democracia.

Assim, os dois movimentos – circunscrição e mobilidade – se complementam para permitir adequada atenção tanto aos assuntos de natureza individual quanto às necessárias conexões entre indivíduo e sociedade, em prol de projetos que beneficiem a ambos.

### ***1.1 Formar para a cidadania***

A cidadania é uma articulação dos direitos e deveres civis, políticos e sociais (Marshall, 1967). Ser cidadão, portanto, é ter direito de usufruir várias possibilidades que a vida oferece, tais como liberdade, igualdade, propriedade, participação política, educação, saúde, moradia, trabalho, dentre outras. Ser cidadão é ser responsabilmente ativo na sociedade, protagonizando a construção da democracia. Nessa linha, Perrenoud (2002) indica que ensinar direitos e deveres sem uma mudança de pensamento e uma tomada de ação não é suficiente para se formar cidadãos. O exercício da cidadania é ingrediente indispensável da construção de uma sociedade democrática e justa, e a Educação Financeira tem como principal propósito ser um dos componentes dessa formação para a cidadania.

### ***1.2 Ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável***

O consumo é tratado como um direito, e todos, indistintamente, são estimulados a consumir, independentemente de sua condição para tal. O mais comum é orientar-se por padrões sociais, e não por projetos pessoais. No passado, o consumo voltava-se para bens sólidos e duráveis. Atualmente, segundo Bauman (2007), verifica-se uma instabilidade dos desejos aliada a uma insaciabilidade das necessidades, pela conseqüente tendência ao consumo instantâneo, bem como a rápida obsolescência dos objetos consumidos. Esse ambiente é desfavorável ao planejamento, ao investimento e ao armazenamento de longo prazo.

O consumo em níveis adequados é imprescindível para o bom funcionamento da economia, a questão é torná-lo uma prática ética, consciente e responsável, equilibrada com a poupança. Consumo e poupança configuram-se como ação responsável ao levar em conta os impactos sociais e ambientais. Procura-se, assim, não transbordar problemas financeiros para o outro, não comprar produtos advindos de relações de exploração ou de empresas sem comprometimento socioambiental, reduzir o consumo desnecessário, ampliar a longevidade dos produtos possuídos, reduzir a produção de lixo e doar objetos úteis não desejados. O modo como a consciência e a responsabilidade foram aplicadas a consumo e poupança em uma clara preocupação com o outro e com as conseqüenciais das decisões tomadas traduz o compromisso ético da cidadania.

### ***1.3 Oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude***

À nossa volta, atualmente, circula uma quantidade excessiva de informações e de signos (inclusive financeiros), muitas vezes descontextualizados e incompreensíveis para muitas pessoas. A compreensão da linguagem do mundo financeiro, através de um programa educativo, possibilita ao indivíduo obter as informações necessárias para que tome suas decisões de modo autônomo, independente.

Outro benefício advindo da Educação Financeira consiste no julgamento crítico que se pode aprender a fazer em relação à publicidade, isso porque uma sociedade marcada pelo consumo se caracteriza em estimular a depreciação e a desvalorização dos produtos depois de estes terem sido adquiridos. Essa é a cultura do excesso e da frustração, que aposta na irracionalidade dos consumidores e não nas suas estimativas sóbrias e bem informadas, ou seja, estimula emoções que levam ao consumo impetuoso, em vez de cultivar o uso da razão. O

campo da publicidade procura aumentar a eficiência das mensagens de consumo e provocar o desejo de adquirir determinados produtos. Ao aprender a fazer uma leitura crítica de mensagens publicitárias a respeito de produtos de consumo, aí incluídos os bens e serviços financeiros, as pessoas se tornam equipadas para tomar decisões de modo autônomo, isto é, livre de pressões externas e mais de acordo com suas reais necessidades.

Com a introdução da Educação Financeira nas escolas, espera-se que os indivíduos e as sociedades tenham condições de moldar seu próprio destino de modo mais confiante e seguro e que deixem de ser beneficiários passivos de programas econômicos e sociais para se tornarem agentes de seu próprio desenvolvimento.

#### **1.4 Formar disseminadores**

A implantação da Educação Financeira pretende colaborar para uma formação mais crítica de crianças e jovens que podem ajudar suas famílias na determinação de seus objetivos de vida, bem como dos meios mais adequados para alcançá-los. Dados recentes (Data Popular, 2008) apontam clara associação entre o comportamento financeiro individual e o familiar. Famílias gastadoras geram filhos gastadores, da mesma forma que filhos poupadores vêm de famílias poupadoras. A tendência gastadora talvez possa ser controlada através de conhecimentos levados pelos alunos para suas famílias. Assim, o público beneficiário da Educação Financeira não se restringe ao público escolar, mas, através dele, atinge-se um número muito maior de pessoas, ampliando essa disseminação de conhecimentos extremamente útil para a vida na sociedade atual. Dessa forma, promove-se o trânsito de informações pelos distintos níveis espaciais, dos mais próximos aos mais distantes, num ótimo exemplo de que boas práticas e idéias devem transgredir os limites espaciais e circular livremente. Uma das indicações da OCDE para a introdução da Educação Financeira nas escolas é que os países se consultem

mutuamente para aproveitar as iniciativas comprovadamente bem-sucedidas antes de gastarem recursos para inventar o que já existe.

## **2. Dimensão temporal**

Os objetivos relacionados à dimensão temporal se encontram voltados para as articulações entre o passado, o presente e o futuro. A Educação Financeira mostra que o presente contém situações que são o resultado de decisões tomadas no passado. Do mesmo modo, no futuro serão vistas as conseqüências das ações realizadas no presente.

### ***2.1 Ensinar a planejar a curto, médio e longo prazos***

A falta de planejamento e a sensação de que o presente não se relaciona com o passado nem com o futuro fazem com que o tempo seja pulverizado numa multiplicação de “eternos instantes” acidentais e episódicos.

A Educação Financeira intenciona conectar os distintos tempos, conferindo às ações do presente uma responsabilidade pelas conseqüências do futuro. Para se alcançar determinada situação, é necessário um planejamento que contemple distintas etapas de execução, envolvendo priorizações e renúncias que não seriam cogitadas pelo pensamento exclusivo do presente.

### ***2.2 Desenvolver a cultura da prevenção***

A expectativa de vida aumentou, e o ser humano passa, hoje, mais tempo na condição de aposentado do que no passado recente. Esse aumento, em termos nacionais, constitui um quadro financeiro delicado, uma vez que a pessoa deverá sobreviver com os recursos da aposentadoria por um período mais longo, o que requer planejamento desde cedo.

Além desse quadro, é prudente planejar pensando nas intempéries da vida. Ninguém está isento de enfrentar situações adversas e inesperadas que, por vezes, exigem o dispêndio de uma quantidade de dinheiro não prevista no orçamento. Para garantir maior tranquilidade diante de tais situações há de se conhecer o leque de opções disponíveis, tais como evitar desperdícios, guardar dinheiro, fazer seguros diversos ou investimentos ou dispor de planos de previdência (pública ou privada).

### ***2.3 Proporcionar possibilidade de mudança da condição atual***

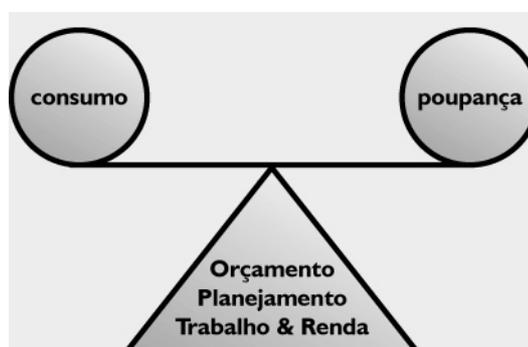
A mobilidade social é entendida aqui como a capacidade que uma família apresenta de aprimorar sua condição socioeconômica. Os conhecimentos e competências oferecidos pela Educação Financeira ajudam a superar e evitar dificuldades econômicas mais graves, podendo auxiliar o indivíduo a rever suas atitudes e sair da condição de endividamento. Contribuem, também, para criar ou aumentar o excedente, possibilitando a realização de planos de longo prazo que, em última análise, trazem mais benefícios sociais.

### **Conteúdos**

Os conteúdos de Educação Financeira são agrupados, conforme o modelo proposto, em dois âmbitos pertencentes à dimensão espacial da vida financeira: individual e social. Nos dois âmbitos percebe-se a presença da dimensão temporal, que aparece sob a forma de ações e decisões tomadas ao longo de um determinado tempo, na conexão causal de determinadas ações e decisões do passado com o tempo presente e deste com o tempo futuro. Em cada âmbito, os conteúdos foram organizados de modo a aproximar conceitos principais daqueles que os complementam em determinados contextos ou situações cotidianas.

## **1. *Âmbito individual***

O âmbito individual é aquele em que o indivíduo é o centro do processo de tomada de decisão e exerce controle ativo sobre o equilíbrio de suas próprias práticas de consumo e poupança. Esta busca pelo equilíbrio pode ser representada pela imagem de uma balança, em cuja base se encontram a entrada de renda e as ações de planejamento e orçamento que são elaboradas na estreita conexão com tal entrada. Os pratos da balança que se equilibram dinamicamente sobre essa base são consumo e poupança, já que essas são as duas opções de destino da renda percebida. Cada um desses elementos da balança – a base e os dois pratos – é estudado através de certos conteúdos articulados entre si. A balança que representa o âmbito individual encontra-se imersa no âmbito social e se articula com ele através de relações mútuas, influenciando-o e sendo por ele influenciada.



**Figura 2.** Âmbito individual.

### **1.1 *Equilíbrio da vida financeira***

O equilíbrio conceitual entre consumo e poupança organiza-se a partir de uma base de três elementos: Trabalho & Renda, Planejamento e Orçamento, como ilustrado na Figura 2. A renda é o ponto de partida para a construção do orçamento, que determina a proporção dos

recursos destinados à poupança e ao consumo, e deve ser tal que viabilize as metas e os objetivos traçados no planejamento do projeto de vida do indivíduo, aí incluída sua parcela de responsabilidade pelos destinos da sociedade.

Considera-se como renda o conjunto de entradas de recursos em um determinado período de tempo, proveniente ou não de uma atividade produtiva. Os diferentes tipos de renda na estrutura social brasileira são salário, entendido como compensação pelo trabalho realizado, bolsas, benefícios, aluguéis, pensões, rendimentos de aplicações financeiras, entre outras.

Em algumas situações, o salário pode ser acompanhado de benefícios indiretos, como planos de saúde, auxílio para transporte e para alimentação, que muitas vezes não são expressos necessariamente em dinheiro. Como consequência, tais benefícios contribuem para uma sobra maior de recursos, a qual poderá ser direcionada à poupança.

Planejamento, por sua vez, é o processo de pensar atividades necessárias para que um futuro desejado seja alcançado. Representa a intervenção na realidade por meio de decisões que buscam reduzir as incertezas futuras. Assim, o ponto de partida do planejamento é o estabelecimento de um objetivo a ser perseguido, que deve ser adequado à realidade familiar e passível de ser atingido. O planejamento deve, então, contemplar ações de curto, médio e longo prazos, alinhadas entre si.

Portanto, planejar consiste em estabelecer o que precisa ser feito, de que forma será feito e em quanto tempo se espera realizá-lo. O ato de planejar deve prever etapas iniciais e imediatas que serão seqüenciadas por outras, e assim sucessivamente até a sua conclusão. A partir daí, escolhe-se uma taxa de poupança ideal por período de planejamento a fim de determinar o tempo para se atingir o objetivo. Outra alternativa é eleger o tempo necessário para alcançá-lo e precisar a taxa de poupança adequada.

A análise de cenários apresenta-se como valiosa ferramenta de planejamento, embora exija certo grau de complexidade de raciocínio para ser utilizada. Analisar cenários significa

desenhar possíveis comportamentos para as variáveis de interesse ao planejamento e observar os resultados. Isso exige uma flexibilidade no planejamento, de forma que seja possível ajustá-lo sem que se percam de foco as metas originais estabelecidas.

Além da análise de cenários deve-se considerar a exposição a riscos diversos. Para montar um bom planejamento é preciso decidir que riscos pretende-se assumir ou minimizar. A isso se chama percepção de risco. Realidades de vida diferentes consideram variáveis diferentes relativas a risco e apontam para soluções distintas. Encontrar a melhor decisão sobre a forma de encarar cada risco implica conhecer as alternativas existentes e saber avaliá-las criticamente.

O terceiro elemento da base do equilíbrio da vida financeira é o orçamento, definido como plano que descreve a destinação da renda de um indivíduo em um determinado período de tempo. Funciona como operacionalização do planejamento e é muito facilitado pela construção de planilhas que controlem o fluxo de dinheiro dentro do período de análise.

O entendimento de que os recursos precisam ser conservados, ou seja, de que as receitas devem ser superiores às despesas, a fim de não só manter a capacidade de cobertura dos gastos, mas também possibilitar a poupança, é fundamental para que as metas estabelecidas no plano inicial sejam atingidas. Em outras palavras, a alocação dos recursos dentro do orçamento deve ser feita de forma que o total da poupança prevista no planejamento seja atingido.

Parte da construção do orçamento passa pela identificação de despesas fixas e variáveis. As despesas fixas (luz, gás, telefone etc.) são aquelas que necessariamente ocorrerão e, portanto, é possível conhecê-las *a priori*, mesmo que seu valor não seja exato e que se torne necessário recorrer a estimativas. Pela sua constância, essas despesas podem ser estimadas com relativa precisão com base em critérios lógicos e pela utilização de estimadores adequados, determinados pela análise qualitativa de fontes de dados pertinentes.

As despesas variáveis (presentes, passeios, consertos etc.) são aquelas que se caracterizam pela inconstância de sua ocorrência ou até mesmo pela ausência da expectativa de realizá-las naquele momento.

A imprevisibilidade de certas despesas faz com que a construção de um orçamento, dentro de condições que sejam realistas e na expectativa do atendimento das metas financeiras propostas no planejamento familiar, seja algo que requer análise crítica, disciplina e tomada de decisão constante.

## **1.2 Consumo**

Consumo, no contexto da Educação Financeira, é a renúncia de capital em troca de bens ou serviços. Ele faz parte de um processo longo e complexo que engloba produção, distribuição, consumo propriamente dito e descarte. O consumo consciente responsável e sustentável é aquele que demanda dos consumidores as atitudes de refletir, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar, que constituem os 5 Rs recomendados pelo documento Manual de Educação para o Consumo Sustentável (MMA/MEC/IDEC, 2005).

Nesse ponto, Educação Financeira e Educação Ambiental se entrelaçam fortemente e, assim, reforçam a necessidade de se compreender os impactos das ações individuais no entorno social e no meio ambiente, exigindo novas atitudes de respeito, cooperação e de responsabilidade socioambiental.

Por isso, deve-se ter consciência crítica sobre a real necessidade de se consumir, distinguindo-a de um desejo e de um impulso. Essa análise é interessante do ponto de vista da Educação Financeira, porque implica uma tomada de decisão com impacto tanto no curto quanto no longo prazo. O equilíbrio no consumo exige uma análise das reais necessidades de uma compra, da melhor forma de aquisição e do impacto orçamentário que a concretização de tal ação ocasionará. Para que o indivíduo realize o consumo de modo correto, é necessário que ele

compreenda o mecanismo de compra em sua plenitude, que envolve a decisão de compra, créditos e juros, direitos e deveres do consumidor.

A decisão de compra consiste nos critérios pelos quais se opta ou não por adquirir um bem, serviço ou direito. O preço de um produto não é composto somente pelo custo de produzi-lo. O preço é formado, dentre outros componentes, pelos custos de produção, impostos, serviços agregados ao produto (como garantia, pós-venda, pontos de venda bem localizados, etc.) e a margem de lucro, aí incluídos alguns valores intangíveis, como a força da marca, a consciência ambiental, identificada na criação de embalagens recicláveis ou de produtos biodegradáveis e não-nocivos ao meio ambiente, e o tempo de atuação da empresa e sua credibilidade no mercado, o que pode ser expresso na lealdade da clientela.

O lucro é, inclusive, uma questão fundamental para servir de base às discussões sobre consumo consciente.

Por essas razões, muitas vezes a comparação entre os preços de dois produtos não pode ser feita de forma direta. Os produtos têm características distintas, e as formas de pagamento também o são. Então, torna-se evidente a necessidade de se estabelecer metodologias para essa comparação, amparadas, inclusive, no custo de oportunidade associado à compra, seja ela à vista ou a crédito.

O crédito é a ferramenta que permite criar recursos para realizar o consumo, ou seja, permite a sua antecipação por ele ser necessário ou desejado.

No mercado brasileiro, existem diversas linhas de crédito disponíveis à população que deverão ser apresentadas juntamente com suas particularidades. A escolha da linha de crédito apropriada permite que se obtenham taxas ou condições melhores de crédito, contribuindo para a saúde financeira da população.

Conceitos da matemática financeira contribuem para o entendimento do aspecto operacional do crédito. Devem ser abordados os métodos de amortização de empréstimos e

financiamentos (*Price*, SAC, *Sacre* e *Americano*), assim como os conceitos de juros e amortização e o entendimento das taxas nominais e efetivas.

Além de conhecer as formas e fórmulas de cálculo, devem ser priorizadas as possíveis reduções dos custos relativos ao crédito e aos juros a partir da identificação de descontos, abatimentos, refinanciamentos etc., sempre na perspectiva de ajuste do orçamento ao longo do tempo.

Por fim, é importante que o indivíduo conheça o Código de Defesa do Consumidor e os principais órgãos de defesa do consumidor, bem como as vias de reclamação desses direitos. O consumidor consciente, para cumprir sua parcela de responsabilidade, deve tomar uma decisão de compra informada<sup>3</sup> e considerar os impactos ambientais que ela pode causar, o que significa observar os já referidos padrões de consumo sustentável.

### **1.3 Poupança**

Poupança é o acúmulo de capital para uso posterior, com ou sem rendimento. Para que o indivíduo realize a poupança consciente e responsável é necessário que ele compreenda o funcionamento e as opções de investimentos disponíveis. Para isso, são necessários os conteúdos relativos à tomada de decisão de investimento adequada aos objetivos estabelecidos no planejamento e ao grau de disposição ao risco<sup>4</sup> do indivíduo.

A decisão de investimento consiste nos critérios pelos quais se opta ou não por fazer um determinado investimento. A menos que esteja sendo capitalizado, o dinheiro perde o seu valor ao longo do tempo devido ao efeito da inflação. Por isso é recomendável que o dinheiro poupado

---

<sup>3</sup> A decisão quanto à compra tem impacto na parcela da renda que poderá ser poupada e, conseqüentemente, investida. Por ter repercussão na vida financeira da pessoa, a decisão de compra deve também passar pelo mesmo processo de análise, reflexão e deliberação que uma escolha financeira (vide nota 2).

<sup>4</sup> Para simplificação, no presente documento não se faz distinção entre 'risco' e 'incerteza', a despeito da orientação de alguns economistas, como Frank Knight. Para ele, a incerteza se refere a situações onde muitos resultados são possíveis, porém cada um deles apresenta possibilidades desconhecidas de ocorrência. O risco, por sua vez, refere-se a situações para as quais podemos relacionar todos os possíveis resultados e conhecemos a possibilidade de vir a ocorrer apresentada por cada possível resultado (PINDYCK, 1994).

seja aplicado em uma das alternativas de investimento existentes no mercado, que deverão ser descritas e comparadas entre si.

É importante que o indivíduo conheça o conceito de diversificação no que tange aos investimentos, e isso implica a análise de várias opções, identificando aquelas adequadas ao perfil de risco, à quantia aplicada e à disponibilidade do dinheiro. Essas determinantes influenciarão na escolha da aplicação, seja ela de curto ou longo prazo.

O conhecimento da relação risco x retorno é essencial para a tomada de decisão de investimento. O risco, entendido como incerteza sobre o resultado esperado, deve estar equilibrado com o retorno. Quanto maior o risco, maior deve ser o retorno esperado para que aquele investimento seja suficientemente atrativo. Portanto, “oportunidades” que prometem retornos altos com riscos baixos devem ser avaliadas com especial atenção. Tal conceito protege os cidadãos de tentativas de fraudes financeiras.

Cada um tem o seu perfil de risco, que determinará o seu comportamento na hora de aplicar, seja ele conservador (avesso ao risco), moderado (em busca de um retorno maior, estará disposto a suportar um pouco de risco), ou arrojado (procura retornos maiores, mesmo que o risco seja alto).

Conceitos da matemática financeira contribuem para o entendimento do aspecto operacional do investimento, porque permite o cálculo dos valores futuros e presentes e das taxas aplicadas aos investimentos realizados; sem essas informações as decisões de investimento ficam prejudicadas.

Finalmente, todo investidor deve conhecer o papel dos órgãos reguladores para sua proteção e as vias de reclamação dos seus direitos. Além disso, é preciso saber quais são os deveres do investidor, aí incluído o dever de se tomar uma decisão de investimento bem informada e em sintonia com seu perfil de risco.

As principais condutas cidadãs conscientes e responsáveis que devem ser resultantes dos estudos relativos ao âmbito individual são, em cada bloco de conteúdos, as seguintes:

## **Trabalho & Renda, Planejamento e Orçamento**

- Planejar sua vida financeira e viver de acordo com esse planejamento, de modo a não transbordar para os outros níveis espaciais;
- Pagar impostos e contribuições.

## **Consumo**

- Utilizar os cinco Rs do consumo consciente: refletir, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar o que consumir.
- Doar objetos não mais utilizados.
- Pesquisar preço.
- Dar preferência de compra a empresas e estabelecimentos regularizados e com responsabilidade socioambiental.

## **Poupança**

- Avaliar opções de poupança e decidir-se pela melhor, de acordo com suas necessidades;
- Dar preferência a investimentos em empresas com responsabilidade socioambiental.

## **2. *Âmbito social***

O âmbito social é aquele no qual o indivíduo não tem um controle ativo sobre as variáveis que impactam sua vida financeira, mas pode se planejar diante delas. Como já indicado, abrange os níveis individual, local, regional, nacional e global da “dimensão espacial” da Educação Financeira. Os conteúdos abordados neste âmbito são de duas naturezas: as

variáveis que impactam a vida financeira tanto do indivíduo como de comunidades, associações e demais organizações; e as instituições responsáveis pela fiscalização e regulação dos mercados onde o indivíduo e tais organizações estão inseridos.

## **2.1 Variáveis da vida financeira**

É necessário que o indivíduo compreenda a interação das diversas variáveis financeiras (moeda, encargos sociais, crescimento econômico) na sua vida, no seu planejamento e nas suas metas.

A primeira variável que o indivíduo deve conhecer é a moeda, começando pela sua origem. Para tratar da origem da moeda é necessário abordar também sua história, passando pelo surgimento do escambo e o aparecimento do dinheiro como algo de valor aceito por todos. Além disso, deve-se tratar de sua evolução com a utilização dos metais preciosos, o aparecimento das moedas metálicas e das casas de custódia, que podem ser entendidas como embriões dos bancos, bem como do surgimento do papel-moeda.

A compreensão das formas encontradas pelo ser humano para organizar o seu sistema de trocas e permitir a circulação da moeda fundamenta o entendimento sobre a criação e as funções dos bancos. Neste item devem ser abordados seu papel na circulação e na multiplicação do dinheiro, a moeda bancária e as alternativas de pagamento, incluindo as eletrônicas, como o cartão de crédito, débito, Documento de Crédito (DOC), Transferência Eletrônica Disponível (TED), entre outras; deve-se destacar sua importância para a vida cotidiana, além dos títulos de crédito usuais no Brasil, como o cheque, a nota promissória e a duplicata e suas possibilidades de antecipação de recursos por meio de *factoring* (para cheques pré-datados) e descontos (de duplicatas em bancos). Da mesma forma, a importância do estudo do câmbio como suporte das relações de comércio exterior.

Para se compreender como o valor da moeda se altera e provoca impactos significativos na vida cotidiana é preciso estudar o conceito e a origem da inflação, assim como os seus mecanismos de controle.

Prosseguindo, o estudo da origem histórica dos tributos, tributostr, acrescido da relação com a sua finalidade, que é de satisfazer as necessidades públicas, contribui para a compreensão de como funciona esse importante universo da sociedade.

O recolhimento para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), efetuado pelos empregadores, e o recolhimento da Contribuição Social (INSS), efetuado pelos trabalhadores e empregadores, também são merecedores de destaque nesse ponto, pois referendam recolhimentos feitos a órgãos públicos que geram benefícios diretos aos trabalhadores, como o direito à aposentadoria e à assistência médica pelo Sistema Único de Saúde (SUS), além da possibilidade de auxílio na aquisição ou construção da casa própria. Conhecer as possibilidades de uso do FGTS e saber como aplicá-lo de forma adequada são aspectos importantes da Educação Financeira.

Outra variável importante a ser estudada é o crescimento econômico, em geral associado a mudanças na disponibilidade de emprego formal e informal, o que, por sua vez, modifica a renda do indivíduo que serviu de ponto de partida para a elaboração do orçamento.

Este tópico também inclui apresentar a evolução da economia brasileira desde a colonização e a forma como se deu o processo de industrialização no Brasil até o momento atual.

## ***2.2 Instituições que compõem o Sistema Financeiro Nacional***

O sistema financeiro de um país consiste em um conjunto de instituições, instrumentos e mercados agrupados de forma harmônica, com a finalidade de canalizar a poupança das unidades superavitárias, ou seja, unidades cuja renda é maior do que os gastos, até as unidades deficitárias, que são definidas como aquelas cujos gastos são maiores do que a renda (Pinheiro, 2007).

Podemos entendê-lo também pela soma de seus componentes, sejam os órgãos e entidades responsáveis pela definição e execução de políticas governamentais, como os órgãos normativos (Conselho Monetário Nacional, Conselho Nacional de Seguros Privados e Conselho de Gestão da Previdência Complementar) e as entidades supervisoras (Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, Secretaria de Previdência Complementar e Superintendência de Seguros Privados), sejam as unidades operacionais que o compõem: instituições financeiras, bolsas de valores e de mercadorias e futuros, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas e fechadas de previdência complementar (os "fundos de pensão"). Esse sistema permite, como uma de suas finalidades essenciais, a canalização dos fluxos monetários entre os que dispõem de recursos financeiros e os que deles careçam, para as suas atividades de produção ou de consumo, mas também permite a administração e a repartição dos riscos entre os agentes, por meio de atividades securitárias e de operações com derivativos, por exemplo (YAZBEK, 2007).

Por ser responsável pelo estabelecimento de políticas e por regular o funcionamento dos mercados financeiros, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização, o Sistema Financeiro Nacional constitui peça fundamental no que tange à vida financeira do cidadão. Por isso, é importante conhecer as instituições que o compõem e identificar as funções de cada agente dentro desse sistema, sejam aquelas instituições privadas que, pelo acesso direto do público, são mais perceptíveis para as pessoas, como os bancos comerciais e as instituições de seguro e de capitalização, sejam os órgãos normativos e supervisores do sistema financeiro nacional.

As principais condutas cidadãs conscientes e responsáveis que devem resultar dos estudos relativos ao âmbito social são:

- exigir nota fiscal;
- dar preferência de compra a estabelecimentos regularizados;
- manusear responsabilmente o dinheiro;

- controlar as ações do Estado.

## **Orientações pedagógicas**

### **1. Educação Financeira e currículo**

A Educação Financeira, tal como definida neste documento, promove diálogo articulador entre as áreas do conhecimento, daí a sugestão de que seja introduzida na escola como um tema que transite com desenvoltura entre as referidas áreas. Essa posição se confirma, porque a Educação Financeira atende aos seguintes quesitos:

- seu desconhecimento pode comprometer a qualidade de vida das pessoas e impedir o exercício pleno da cidadania;
- sua abrangência afeta e demanda a implicação de todas as esferas governamentais do país;
- seu estudo permite o desenvolvimento da capacidade de posicionar-se diante das questões que interferem na vida coletiva e, assim, abre a possibilidade de se superar a indiferença e de intervir nos rumos da nação de forma responsável.

Ao ser introduzida na escola, contudo, a Educação Financeira encontrará outros temas já em ação – Meio Ambiente, Trabalho & Consumo e Educação Fiscal – com os quais precisará dialogar. O projeto Político-Pedagógico de cada escola assume papel importante para determinar a maneira como tais diálogos poderão ser feitos.

### **2. Informação e formação**

O conceito de Educação Financeira aqui adotado identificou-a como um processo a ser desenvolvido por meio de três vertentes – Informação, Formação e Orientação. Nas escolas,

porém, somente as duas primeiras serão abordadas, já que as ações relativas à vertente Orientação referem-se especificamente ao público adulto.

Por *informação* entende-se o provimento de fatos, dados e os conhecimentos específicos para tornar as pessoas atentas a oportunidades e escolhas financeiras, bem como às suas conseqüências. Ao realizar uma compra de modo parcelado, participantes da pesquisa realizada pela Data Popular (2008) verificam apenas se o valor das parcelas cabe no orçamento do mês, quando seria importante que soubessem o quanto de juros ali se encontra embutido antes de tomarem a decisão da compra do bem que desejam. Dados como esse indicam que o trabalho de Educação Financeira nas escolas precisa cumprir o papel de disseminar informações objetivas. Contudo, como o mercado financeiro é dinâmico, as informações sobre seus produtos e funcionamento irão se alterar com frequência. Isso aponta para a necessidade de se rever e atualizar constantemente os materiais a serem utilizados com os alunos nas escolas.

A vertente *formação* do processo refere-se ao desenvolvimento dos valores e das competências necessárias para entender termos e conceitos financeiros por meio de ações educativas que preparem as pessoas para empreender projetos individuais e sociais. Informações podem ser inúteis se não estiverem acompanhadas de ferramentas mentais que permitam operá-las, isto é, selecionar e analisar as que são apropriadas para uma determinada situação e utilizá-las adequadamente. Da mesma forma, valores como transparência, cooperação, respeito e responsabilidade precisam ser aplicados às informações para que o uso destas seja sempre ético. Regida por valores e competências, é aconselhável que a Educação Financeira explore situações reais dos contextos individual e social em que os alunos transitam, não somente porque oportunizam a prática de tomada de decisões como também podem deixar mais evidente a necessidade da introdução deste tema nas escolas. Em consonância com essa idéia, estudos da OCDE (2005) confirmam que tanto professores quanto alunos preferem trabalhar com situações que os envolvam em decisões de vida real.

### **3. Materiais didáticos**

Para dar suporte à introdução da Educação Financeira nas escolas, devem ser elaborados materiais para dois públicos: alunos e professores. Os materiais didáticos para os alunos deverão ser variados e distribuídos nas escolas. Os professores receberão orientações de aplicação dos materiais e de avaliação da aprendizagem dos alunos. Os materiais deverão contemplar os vários segmentos da Educação Básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – e estar alinhados com este documento.

Atendendo ao modelo conceitual da proposta de introdução do novo tema nas escolas, os materiais deverão ter como base as dimensões espacial e temporal da Educação Financeira.

Em relação à dimensão espacial, é preciso considerar os aspectos de mobilidade e de circunscrição, de modo a permitir que os alunos se deparem com situações que os preparem para cuidar das questões financeiras nos espaços adequados e, ao mesmo tempo, para saber buscar soluções em outros espaços. Em relação à dimensão temporal, cabe lembrar a importância de se conectar as ações do presente com o alcance de metas e sonhos futuros e, ao mesmo tempo, compreender problemas e acertos do presente como decisões tomadas no passado.

Os materiais poderão atender a essas várias demandas se guardarem as seguintes características:

- explorar os contextos de vida dos alunos nos planos individual e social, cuidando que sejam relevantes e que envolvam ações e decisões que precisarão tomar de fato no curto prazo;
- apresentar situações de aprendizagem variadas e que possam ser utilizadas, de diferentes formas e abordagens, em todas as áreas do conhecimento;
- indicar atividades que envolvam a comunidade;

- usar recursos lúdico-pedagógicos adequados à faixa etária e aos conteúdos;
- constituir rotas de navegação a partir das quais o professor poderá organizar as opções de atividades para suas aulas ou projetos;
- explorar os conhecimentos prévios dos alunos;
- respeitar a diversidade e as diferenças regionais;
- dispor de facilidade de customização aos diferentes contextos e de atualização, quando necessário;
- indicar a exploração dos recursos tecnológicos.

Esses materiais poderão utilizar diferentes suportes, linguagens, mídias e formatos, do impresso ao digital, com objetos didáticos diversos. O importante será aproximar as relações com a vida dentro e fora dos muros escolares, num constante vaivém de informações, conhecimentos e motivações que ofereçam inúmeras oportunidades para o desenvolvimento dos valores e das competências com os quais se pode operar o mundo financeiro no contexto da vida como um todo. Também poderão ser avaliados para adoção materiais já existentes, que estejam de acordo com os objetivos descritos nesse documento.

## **Considerações finais**

As pesquisas citadas neste documento indicam que significativa parcela da população brasileira carece dos conhecimentos necessários para gerir sua vida financeira de modo adequado. Pessoas financeiramente educadas, no sentido aqui empregado – que combina informação e formação para compor atitudes – estão mais bem preparadas para realizar sonhos individuais e coletivos e, assim, construir uma base mais sólida para o desenvolvimento do país,

aqui concebido como a expansão das escolhas e das liberdades de todos. A combinação de crescimento econômico e desenvolvimento social pode aliar-se cada vez mais à expansão da democracia, à proteção dos direitos humanos e do meio ambiente, se a sociedade empreender esforços cooperativos contínuos para alcançar metas consensuais no longo prazo. A Educação Financeira tem muito a contribuir nesse sentido.

Como a perseverança é crucial para o sucesso da introdução da Educação Financeira nas escolas, é muito importante que os gestores escolares tenham suporte suficiente para poderem liderar com segurança as necessárias mudanças que deverão empreender nas suas escolas. Para isso, deverão ter acesso a materiais diversos, por um lado, e, por outro, à oferta de apoio para os professores, sob a forma de programas de capacitação e de um sistema ágil e confiável de consultas a informações. A sensibilização e a capacitação devem incidir não só sobre professores, mas também sobre os próprios gestores. Para acelerar e otimizar esse processo, a capacitação poderá acontecer de forma presencial e a distância, utilizando, por exemplo, ambientes de aprendizagem via Internet.

O desdobramento, a partir deste documento, é a elaboração de um plano tático de curto prazo com a definição das etapas de implantação, os princípios que nortearão a criação do material didático a ser desenvolvido, bem como um plano para formação e capacitação dos educadores e um sistema de monitoramento e avaliação do programa.

Concluindo, a Educação Financeira entra no mundo escolar para ajudar o aluno a desvendar as chaves da organização social em torno do mundo financeiro, com vistas a prepará-lo para usufruir dos benefícios de tal organização, ao mesmo tempo em que procura ajudá-lo a se defender das armadilhas ao longo desse caminho.

## **Referências bibliográficas**

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo**. Rio de Janeiro: Ed Zahar. 2007.

DATA POPULAR. **A educação financeira no Brasil: Relatório quali-quantitativo**, 2008.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

Ministério do Meio Ambiente / Ministério da Educação / Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. **Manual de educação para o Consumo Sustentável**. Brasília: Consumers International/MMA/MEC/IDEC, 2005. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/consumos.pdf>> Acesso em 8 set 2008.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

OCDE/OECD – Organisation for Economic and Co-Operation Development. **Improving Financial Literacy. Analysis of Issues and Policies**. Paris, 2005.

PERRENOUD, Philippe. **A escola e a aprendizagem da democracia**. Porto: Asa Editores, 2002.

PINDYCK, Robert S. e RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. São Paulo: Makron Books, 1994.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de Capitais Fundamentos e Técnicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

YAZBEK, Otávio. **Regulação do Mercado Financeiro e de Capitais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.